

INCLUSÃO E DOCÊNCIA: DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DE IBIRITÉ (MG)¹

INCLUSION AND TEACHING: CHALLENGES FACED BY TEACHER FROM A
PUBLIC STATE SCHOOL IN IBIRITÉ (MG)

Vani Mendes MACEDO² | Marcelo dos Santos ISIDORIO³

RESUMO: Um dos maiores desafios do sistema escolar no Brasil é a inclusão. Não basta matricular os alunos que possuem deficiência, é preciso garantir ações didático-pedagógicas para que ela de fato aconteça. Aos professores cabem esta tarefa dentro da sala de aula, construindo novas propostas de ensino, visando assim, facilitar este processo. Nesta perspectiva, o objetivo desse estudo foi investigar a realidade de docentes diante dos desafios impostos pela inclusão escolar em uma escola pública estadual de Ibirité - MG. Foi utilizada uma abordagem qualitativa de pesquisa com característica de estudo de caso. A coleta de dados foi obtida através de questionário e entrevista semiestruturada. A pesquisa indicou a inexistência de capacitação profissional promovida pela instituição. Entretanto, evidenciou-se que as professoras têm procurado atividades diferenciadas que atendam às necessidades dos alunos de inclusão, bem como utilizam formas alternativas para avaliá-los.

Palavras-Chave: Desafios; Educação Inclusiva; Docência.

ABSTRACT: One of the biggest challenges of the school system in Brazil is inclusion. It is not enough to enroll students with disabilities, it is necessary to ensure didactic-pedagogical actions for it to actually happen. Teachers are responsible for this task within the classroom, building new teaching proposals, thus seeking to facilitate this process. In this perspective, the objective of this study was to investigate the reality of teachers in the face of the challenges imposed by school inclusion in a state public school in Ibirité - MG. A qualitative research approach with a case study characteristic was used. Data collection was obtained through a questionnaire and semi-structured interview. The research indicated the lack of professional training promoted by the institution. However, it became evident that teachers have been looking for different activities that meet the needs of inclusion students, as well as using alternative ways to evaluate them.

Keywords: Challenges; Inclusive education; Teaching.

¹ Recebido em: março de 2020 | Aceito em: dezembro de 2021.

² Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Minas Gerais - Campus Helena Antipoff. Especialista ISEIB/ FISBE. Atualmente é professora regente de turma na Fundação Helena Antipoff. E-mail: vanimacedo28@gmail.com

³ Doutor em Educação pela PUC Minas. Possui Graduação em Educação Física (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Membro pesquisador do GEPPDOC (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Profissão Docente) e do Núcleo de Pesquisa Sociais, ambos DGP/CNPq. Professor adjunto no Centro Universitário UNA nos cursos de Educação Física, Pedagogia e Psicologia. E-mail: marceloisidorio@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A educação é feita de paradigmas e a inclusão escolar é o mais novo desafio a ser vencido pelos professores e por toda a comunidade escolar, visto que ela exige novas aptidões em termos de formação docente (dentre outras coisas), pois não basta apenas que os alunos que apresentam deficiências estejam matriculados nas escolas regulares, mas que lhes sejam garantidos uma educação de qualidade de acordo com suas especificidades.

O objetivo desse artigo foi investigar a forma como as professoras do ensino fundamental I têm enfrentado os desafios impostos pela política da inclusão em uma escola pública da rede estadual de Ibitiré, cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

O interesse em pesquisar o tema surgiu de inquietações durante as vivências no estágio acadêmico obrigatório, onde se percebeu o quanto as professoras precisavam se desdobrar para conseguir alcançar uma prática que viesse efetivar o processo de ensino aprendizagem dos seus alunos, independente das especificidades de cada um.

Quando se tratavam de alunos com deficiências, observou-se que as professoras enfrentam mais desafios, pois precisavam dar assistência aos outros alunos, ao mesmo tempo em que havia também a preocupação com aqueles alunos que apresentavam algumas dificuldades e demandavam mais atenção. Tais dificuldades geravam situações problemáticas para o trabalho docente em relação à inclusão, pois, o que elas se dispõem a fazer frente as limitações acerca do processo de inclusão escolar, pode fazer toda a diferença.

Estas observações nos levaram à seguinte questão: o que as professoras têm feito para superar os desafios impostos pela inclusão?

Pressupõe-se que os desafios enfrentados pelas professoras frente à inclusão estejam relacionados a alguns fatores, tais como: resistência das famílias, que não aceitam que seus filhos possuem deficiência; despreparo do docente, que não possui formação específica na área da inclusão; e à falta de políticas assistenciais. Acredita-se que a articulação entre as ações docentes e a inclusão é importante para se conhecer como se deu a formação das professoras e quais são as concepções que elas possuem em relação às práticas de ensino voltadas para alunos com deficiências para os quais estas professoras lecionam.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA QUESTÃO DE DIREITOS

Desde a década de 1990, o Brasil é signatário de documentos oriundos de reuniões internacionais como a Declaração de Jomtien (1990), que preconiza a educação para todos e a Declaração de Salamanca (1994), que destaca a educação de pessoas com deficiências no ensino

regular; desencadeando reformas nas políticas públicas de saúde, educação, trabalho e assistência social. No Brasil, outras leis ratificam a Convenção dos Direitos da Criança e garantem os direitos de crianças e jovens com deficiência, entre elas, a Lei no 7.853/89, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). (BRASIL, 1996).

A partir da publicação da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006, o Brasil formulou e aprovou leis bastantes avançadas voltadas à reversão do panorama histórico de exclusão desse público do contexto educacional.

Leis que visam garantir o acesso às redes de ensino e a participação em igualdade de condições no ambiente da escola comum. Nossas leis educacionais sempre dedicaram capítulos à educação de alunos com deficiência, como um caso particular do ensino regular.

O artigo 205 da LDB /96 define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A educação é um direito fundamental e de "todos", mas quais condições são dadas para que a universalização de acesso aconteça com êxito? Para Gonçalves (2006), ainda que as perspectivas para mudanças estejam previstas nas leis, não estão devidamente traduzidas em ações políticas, razão pela qual não chegam às escolas e muito menos nas salas de aula, cabendo ao poder público o cumprimento da sua função, no sentido de efetivar tais mudanças.

A escola brasileira se caracterizou por muitos anos, pela visão da educação em que apenas a população privilegiada de um grupo tinha acesso, pois tanto as políticas, quanto as práticas educacionais reprodutoras da ordem social, acabavam por legitimar a exclusão. (BRASIL, 2008).

Ao se analisar a história da educação brasileira, pode-se dizer que por longos períodos, apenas a elite branca masculina tinha direito de frequentar a escola, enquanto os índios eram catequizados, os negros continuavam a serem vendidos como coisa sem alma e as mulheres, já tinham o seu papel definido pela sociedade: deviam ser esposa e mãe, eram proibidas de frequentar a escola, o que caracteriza uma educação excludente, pois era destinada a apenas uma pequena parcela da população. (SANTOS, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2013).

Conforme Mantoan (2003) é necessário redefinir os planos da escola para uma educação global, onde se valorize as diferenças, uma educação inclusiva de qualidade para atender às demandas desse setor exige novas dimensões da escola.

A inclusão escolar, fortalecida pela Declaração de Salamanca, não resolve todos os problemas de marginalização dessas pessoas, visto que ela antecede a inclusão escolar, porque já são, de certa forma marginalizadas ao nascer, pois ao se constatar a deficiência, já altera a rotina da

família, visto que nem todas as crianças que nascem com deficiências são acolhidas pelas suas famílias de origem. Muitas famílias se sentem impotentes diante da deficiência. Muitos pais questionam o porquê de a criança ter nascido com essa condição e não sabem como lidar com a ideia de ter um membro da família diferente dos demais e por esse fato, alguns as encaminham para orfanatos ou para adoção.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU-2006), compete ao poder público assegurar às pessoas com deficiência o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e adotar medidas de apoio para sua plena participação, em igualdade de condições com as demais pessoas, nas escolas da comunidade em que vivem.

A escola, como instituição de ensino pública, estará assegurando o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, somente quando o sistema educacional consegue promover um ajuste que responda efetivamente à diversidade escolar. (Brasil 2006). Nesse sentido, Mantoan nos aponta o caminho, que deve ser feito para que de fato a Educação Inclusiva deixe de ser um desafio nos dias atuais, quando afirma que:

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais (MANTOAN, 2003, p.29)

O capítulo IV da lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras.

Mantoan compartilha desse mesmo pensamento quando afirma que: “Não adianta apenas incluir todos os alunos nas escolas, mas é preciso também garantir a permanência desses alunos na escola, até o nível que cada aluno for capaz de atingir”. (MANTOAN, 2003, p. 31)

Com a Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, em 2008, houve um aumento no número de matrículas de pessoas com deficiência em contextos educacionais inclusivos. Mas será que todos são atendidos e contemplados nos seus direitos? Para Mendes (2006), a lei é imprescindível, mas não comporta todas as demandas que o espaço da instituição escolar exige diante das dificuldades de concretizar uma educação escolar inclusiva de qualidade.

Mendes (2006), afirma que os alunos deficientes que têm tido acesso às escolas regulares não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais

qualificados ou mesmo pela falta de recursos, o que configura assim, a segregação, pois a escola não dá condições de aprendizagem.

Além da capacitação no âmbito da formação inicial, é fundamental a formação continuada, conforme recomendam a Resolução CNE/CEB n. 2/2001 e o Plano Nacional da Educação (2001), que os docentes tenham oportunidade de cursar a educação continuada, pois o conhecimento sempre se renova.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1994), a origem do conceito de Escola Inclusiva deu-se em decorrência de uma concepção comum que condiz com a responsabilidade de uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, inclusive aquelas com desvantagens severas. Segundo a ONU, as crianças devem aprender juntas.

A Educação inclusiva surgiu em diferentes momentos e contextos, especialmente a partir da década de 90, quando ocorreu a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em março de 1990 (Ano Internacional de Alfabetização), em Jomtien, na Tailândia.

O princípio da educação inclusiva foi adotado na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, reafirmado no Fórum Mundial de Educação e apoiado pelas Regras Básicas das Nações Unidas em Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências. Ao analisar a literatura sobre inclusão escolar, percebe-se que, em geral, teve origem em iniciativas promovidas por agências multilaterais, que são tomadas como marcos mundial na história do movimento global de combate à exclusão social (BRASIL, 2003).

DESAFIOS IMPOSTOS PELA INCLUSÃO ESCOLAR E A DOCÊNCIA

Diante do contexto da educação inclusiva, há a necessidade de refletir sobre como o professor enfrenta os desafios em prol da obtenção da inclusão. O processo de inclusão não consiste em apenas trazer um indivíduo com necessidades especiais para perto de outras que não a possuem, mas demanda de alguns fatores que são necessários para o bom convívio.

Muitas vezes os professores não possuem o preparo que deveriam para atender este público, em outras situações a escola não se adaptou o suficiente para acolher este indivíduo. Por outro lado, a instituição de ensino precisa se encontrar adaptada responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especialidades (MEDEIROS *et al.*, 2012; MANTOAN, 2001).

A educação inclusiva implica em um conjunto de iniciativas e esforços de vários setores e pessoas, pois não se faz a inclusão acontecer de um dia para o outro, visto que precisa iniciar por órgãos responsáveis pelo incremento financeiro, com vistas a melhorar as condições físicas das

escolas para facilitar o acesso, e também a aquisição de equipamentos e materiais necessários para viabilizar uma educação de qualidade aos alunos, passando pelos gestores, que deverão gerir os recursos financeiros e implantação de projetos e organização de práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos inclusos e por fim, professores e pais, que devem manter um diálogo constante e atento para auxiliar as crianças na superação de barreiras, que representam dificuldades para a sua aprendizagem.

Diante do contexto educacional, além das dificuldades diárias que envolvem o docente, existe a necessidade de refletir sobre esse grande desafio que o professor enfrenta atualmente: a inclusão no ambiente educacional. Pois o processo de inclusão não consiste em apenas trazer um indivíduo com necessidades especiais para perto de outros que não a possuem, mas demanda de alguns fatores que são necessários para o bom desenvolvimento deste e o convívio entre todos. Muitas vezes os professores não possuem o preparo que deveriam para atender este público, em outras situações a escola não se adaptou o suficiente para acolher este indivíduo. (MEDEIROS *et al.*, 2012).

É muito difícil ser professor nos dias atuais, devido à estreita ligação com a história da educação escolar e com os desafios a ela ligados, como o processo de desvalorização, crítica e perda de identidade. Atualmente existe a dificuldade de combinar fatores que dizem respeito à formação humana. (PRADO *et al.*, 2018).

O contexto atual em que os problemas político-econômicos estão aliados à vertiginosa evolução científica e tecnológica, reflete-se em mudanças nas formas de ser e viver dos homens em todos os níveis, desconcertando a quem tem a profissão de ensinar/formar crianças e adolescentes. (HAGEMEYER, 2004).

Grandes partes dos professores rejeitam tudo o que foge do esquema prático que aprenderam a aplicar dentro do ambiente escolar. Por isso, inovações educacionais como a inclusão podem abalar o profissional, atentando contra suas experiências. Segundo Mantoan: “Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças”. (MANTOAN, 2003, p. 25).

É praticamente impossível prever o nível de adaptação ou facilidade dos alunos em relação ao conteúdo estudado, visto que somente o aluno é capaz de regular seu processo intelectual. O que ocorre, muitas vezes é a falta de atenção dos professores em relação a este quesito, o que proporciona um apavoramento prévio da parte do docente quando recebe alunos com problemas de aprendizagem ou com algum tipo de deficiência.

Ao prever o temor dos professores em relação ao novo, é preciso que a escola esteja preparada para dar assistência ao aluno e ao docente, para que ambos consigam promover um ambiente de aprendizagem, pois, a valorização da diversidade na escola é o princípio básico para garantir o acesso de todos às oportunidades que a sociedade oferece.

O foco da inclusão escolar é proporcionar um ambiente acolhedor entre alunos e professores. É demonstrar que não há diferenças entre os indivíduos, que todos podem conviver em um mesmo ambiente, com respeito e educação. O objetivo deste processo é conquistar o conhecimento da melhor maneira, de forma que as estratégias diárias integram o processo de ensino e aprendizagem. Assim, seja a inclusão escolar o fato de não deixar ninguém de fora do ensino regular, as escolas inclusivas propõem organizar o sistema educacional, considerando a necessidade de todos os alunos. Por isso, não se limita aos alunos com deficiência, mas a todos os discentes, para que os mesmos adquiram o sucesso. (ARAÚJO; LINHARES, 2014; MANTOAN, 2001).

Ensinar uma turma parte do princípio que todo educando pode aprender, mas no tempo que lhe é próprio. Por isso, é fundamental que o docente busque meios para atender os alunos a vencerem os obstáculos escolares de maneira igualitária, já que o sucesso da aprendizagem está na exploração de talentos e na desenvoltura natural de cada aluno. Assim, é necessário ensinar atendendo as diferenças, mas sem diferenciar a forma de ensino:

As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça. Como não me canso de dizer, ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e de se adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora. Que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber (MANTOAN, 2003, p,38).

Ao relacionar as palavras inclusão e renovação, nota-se que a inovação parte da concretização do óbvio, simples e possível, mas que precisa ser desvendado, compreendido e aceito por todos, pois sem resistência há brilho e vigor ao “novo”. O objetivo do entendimento da inclusão se baseia na compreensão e no interesse da promoção da educação para todos, além da transformação geral das escolas, visando atender os princípios do novo paradigma educacional e obter o sucesso em relação a educação inclusiva (MANTOAN, 2001).

A autora ressalta ainda que é necessária uma parceria da escola com a família e vice-versa:

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiências, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquiando o que sempre existiu (MANTOAN 2001, p. 30).

O sucesso da inclusão decorre a partir do progresso dos alunos excluídos no ambiente educacional. Este, porém, só é conquistado quando a escola assume as dificuldades de seus alunos, não deixando essa carga somente para que os mesmos carreguem. Assim:

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes (MANTOAN, 2001, p.3).

Através das ideias de Mantoan (2011), entende-se que se erra, porém, quem acredita que somente as pessoas com algum tipo de deficiências são excluídas. A exclusão abrange os pobres, que não vão à aula porque trabalham; os grupos discriminados, que de tanto repetirem o ano, pararam de estudar; e entre outros tantos que sofrem algum problema que resulta no distanciamento da escola. Através das ideias da autora nota-se que, normalmente, a exclusão se dá através da situação que difere daquela estabelecida pelos conceitos pessoais de cada indivíduo.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma abordagem qualitativa com característica de estudo de caso. Enviamos um questionário para (10) dez professoras regentes de turma, do segundo ao quarto ano, do ensino fundamental I, dos quais 7 (sete) retornaram. As professoras tiveram seu anonimato garantido e utilizamos pseudônimos no lugar dos nomes, como P1, P 2, P 3, etc.

Para as entrevistas semiestruturadas foram escolhidas três professoras, P1, P4 E P6. Para iniciar o processo de análises dos dados, foram retomados os pressupostos, bem como se procurou seguir as questões advindas do problema de pesquisa e a realidade sobre o estudo.

INCLUSÃO E DOCÊNCIA: DIALOGANDO COM OS SUJEITOS.

Concepção das participantes sobre inclusão

Convidadas a relatarem sua concepção sobre a inclusão, as professoras respondem:

Pausa. Você fala de um aluno incluído no meio dos outros? (Ela pergunta). Acredito que ela mais exclui do que inclui. Se for o meu ponto de vista. Ela (se referindo a aluna A), fica no cantinho, com a monitora, com atividades diferenciadas. [...]A forma como a inclusão é aplicada nas escolas em geral, por que “tipo assim”: O professor e o monitor não estão preparados para estar com aquele aluno. Não tem um curso para capacitá-lo. Nenhuma formação. Aí a gente tem que se virar. Eu, graças a Deus, tenho 16 anos de experiência e consigo adaptar atividades para os meus alunos. Mas tem professora que não faz e não faz questão. Tem casos e casos. Tem aluno que consegue sucesso, tem aluno que não consegue. Tem que conhecer a deficiência do aluno também. (P 1).

Eu sou a favor da inclusão sim, porque a gente tem que aprender a viver com as diferenças, a conviver, respeitar. Em algumas situações ela (a inclusão) acaba que não acontece por completo. (P 4).

Olha, para mim, eu acredito que a inclusão, ela acontece quando o aluno incluso é colocado no espaço que ele se sente à vontade e que ele tem oportunidade reais de evoluir. Que ele vai melhorar pedagogicamente, socialmente. Pela experiência que eu tenho ela (a inclusão) não ocorre em sua totalidade. Mas a gente consegue ver o esforço, o empenho de muitos profissionais da educação para promover a inclusão. (P 6).

A professora 1 enfatiza o despreparo tanto de professores quanto de monitores de apoio para auxiliar no processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência. Tardif (2002) enfatiza que as fontes de aquisição dos saberes necessários deverão estar vinculadas aos estabelecimentos de formação de professores, como os estágios, os cursos de reciclagem, etc. Frias (2008), corrobora com essa mesma linha de pensamento pois ressalta a falta de formação específica do professor; bem como a falta de recursos escolares.

Pela análise dos questionários, nota-se que 100% das entrevistadas, responderam que não houve nenhuma contribuição por parte da escola para nortear as ações das mesmas, em relação à inclusão, o que vai em direção contrária à proposta do Projeto Político Pedagógico (2013-2017), que enfatiza a importância da formação continuada de professores como ponto chave para a conquista dos objetivos pretendidos pela escola, uma vez que não oportuniza sequer um curso ou uma reciclagem para as professoras.

As respostas dadas a essa questão, confirma um dos pressupostos dessa pesquisa, que é o despreparo do docente, que não possui formação específica na área da inclusão.

A professora 4 ressalta a importância de aprender a conviver com as diferenças, o que ao nosso ver contribui para o respeito e pela busca de uma sociedade mais justa e menos preconceituosa, em relação às deficiências.

Mantoan (2003) diz que a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. Correia (2014) dialoga com essa mesma ideia, pois alega que cada vez se faz mais presente a necessidade de aprender a conviver com a diversidade e resta buscarmos os meios para efetivar a inclusão.

Fumegali (2012), afirma que para efetivá-la, no ambiente educacional é um grande desafio, pois envolve várias mudanças, como de percepção da sociedade, do indivíduo e da escola. Pitta (2007), também acredita que os jovens que hoje se deparam com colegas diferentes têm condições de serem adultos e cidadãos com maior capacidade de lidar com a questão da inclusão.

Nesse cenário, entendemos que para a escola ser realmente inclusiva, necessário se faz que seus planos se voltem para uma educação voltada para a formação integral do sujeito, livre de

preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças, dentro e principalmente fora dos muros escolares, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Quanto à formação e saberes docentes

Para Mantoan (2003), os docentes atualmente passam dificuldade em trabalhar com alunos inclusos devido ao despreparo da faculdade cursada em relação ao tema. Para a autora, a instituição de ensino deve melhorar sua contribuição na formação profissional, auxiliando na abordagem das diferenças. De acordo com as respostas analisadas, cerca de 71,4% das professoras tiveram algum preparo apenas teórico fornecido pela faculdade, ou seja, uma matéria específica sobre inclusão ou psicologia. 14,3% não cursaram nenhuma matéria voltada para a área da inclusão escolar, na formação inicial e outras 14,3% não responderam à questão.

Nota-se que apenas 14,3% das professoras, disseram ter vivenciado a inclusão em cursos práticos ou estágio, e 85,7% relatam não ter tido convívio prático e relatam não ter sido oportunizado esse convívio prático.

Ao serem questionadas sobre a contribuição das disciplinas voltadas para a inclusão cursadas na formação inicial e continuada, as professoras P1 e P 6 afirmam que só a teoria não dá conta do que a escola exige, diante do contexto que se apresenta nas salas de aula. A P4 afirma que contribuiu para o seu conhecimento, o que também trouxe mais sensibilidade para as questões da inclusão. As Professoras relatam que:

Contribuiu em parte. Na teoria é muito bonito, mas o que vale é a prática mesmo. Na teoria se aprende muita coisa, ela contribui como base. (P 1).

Sim, bastante. [Pausa] inicialmente, porque eu não tinha conhecimento destas questões, porque normalmente as pessoas que tem algum tipo de deficiência eram muito escondidas. Então, foi através do curso que eu fiquei mais sensível a estas questões. (P 4).

Só tive uma matéria que era inclusão mesmo. Mas o que a gente vê no curso superior é só a parte teórica. Não tem prática, nem visitação e nem no estágio (P 6).

Conforme ressalta Tardif (2002), o saber docente é um saber plural, formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana. Mantoan (2003) confirma a importância da teoria, pois afirma que todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças, aliando-se assim a teoria à prática.

Nesse contexto, entendemos que o professor não deve apenas aplicar teoria na prática, mas (re) construir, (reinventar) sua prática com base em ações, experiências e em reflexões e teorias. Acreditamos que é fundamental que essa apropriação de teorias se dê de forma autônoma e crítica.

Quanto ao investimento institucional

Pitta (2007) enfatiza que o investimento no docente por parte da instituição de ensino que promove a inclusão é essencial para que esta se desenvolva e seja realizada adequadamente.

A falta de apoio da instituição de ensino pode ser reforçada a partir das respostas sobre a disponibilidade da instituição em proporcionar cursos ou especializações na área de inclusão. Em 100% dos casos foi constatado que não houve nenhuma contribuição por parte da escola para nortear as ações das professoras em relação à inclusão.

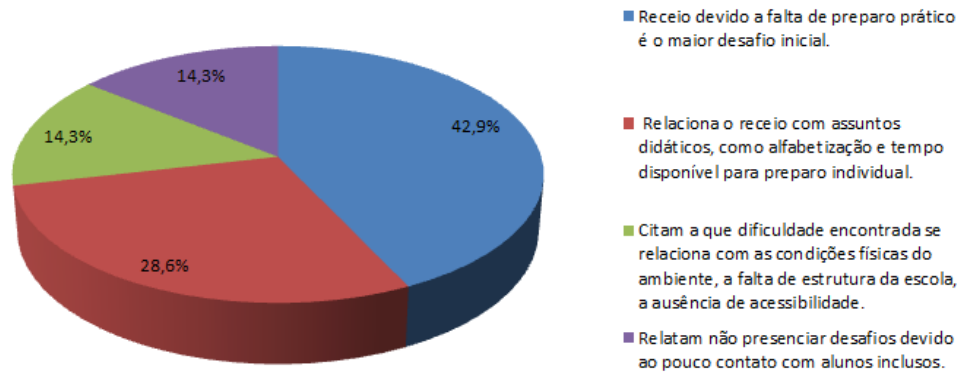
Sobre a oferta de materiais pedagógicos voltados para as necessidades de seus alunos inclusos, observa-se que de 85,7% das professoras responderam que a escola possui material diferenciado para atender os alunos inclusos enquanto 14,3% não soube responder e 86% das professoras responderam sim, metade disseram que os materiais oferecidos são jogos, meios para realizar atividades lúdicas, entre outros. A outra metade, porém, alega que os materiais oferecidos não atendem 100% dos alunos inclusos, ocasionando um problema no momento da utilização.

Ao serem questionadas sobre obtenção de algum curso ou instrução para utilizar os recursos pedagógicos oferecidos pela escola, aproximadamente 42,8% das professoras disseram não possuir nenhuma instrução sobre a utilização destes recursos, enquanto 57,2% disseram ter participado de cursos ou instrução.

Quanto ao cotidiano de sala de aula

Ao responder sobre o maior desafio em ministrar aulas para alunos inclusos, 42,9% das professoras relataram que o medo devido à falta de preparo é o maior desafio. Outras 28,6% citaram assuntos didáticos, como alfabetização e tempo disponível para preparo individual (apenas a P7, alegou tempo insuficiente para assistência individual). Já outros 14,3% falaram que a maior dificuldade encontrada se relaciona com as condições físicas do ambiente, a falta de estrutura da escola, a ausência de acessibilidade, conforme mostra o gráfico da Figura 1.

Figura 1 - Maior desafio encontrado ao ministrar aulas para alunos inclusos

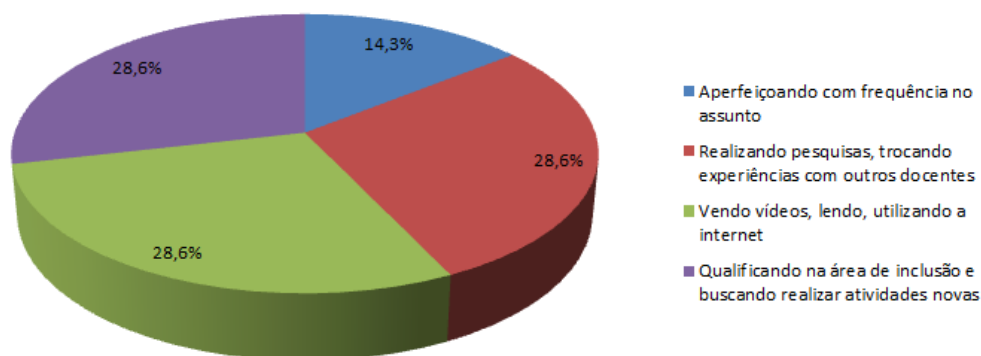


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Mantoan (2003) descreve que o medo impede a evolução de um docente em relação a inclusão, o mesmo pode ser confirmado através da análise das respostas dadas.

Em relação às estratégias utilizadas para superar os desafios da inclusão, 100% das professoras responderam que procuram se aperfeiçoar por conta própria, de forma a atender melhor às necessidades de cada um para efetuar um ensino de qualidade com interação. De forma a demonstrar como esse processo é realizado, as professoras relataram algumas ações realizadas. Apenas 14,3%, porém, não especificou diretamente sua ação, respondendo somente que busca se aperfeiçoar no assunto, conforme abaixo:

Figura 2 - Ações realizadas para superar os desafios da inclusão

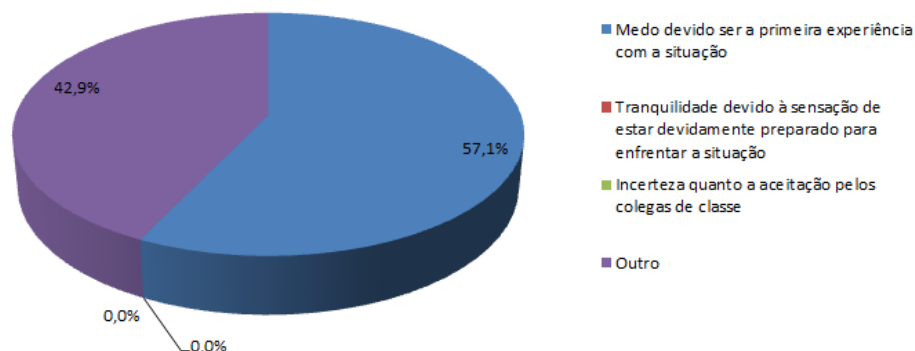


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em relação às suas concepções sobre a inclusão escolar, 71,4% disseram que a inclusão não ocorre totalmente e 28,6% afirmaram que a mesma não ocorre.

Ao serem questionadas quanto ao primeiro sentimento em relação ao receber um aluno de inclusão, das quatro opções dadas, tem-se, figura 3.

Figura 1 - Sentimento inicial em relação ao recebimento do aluno de inclusão.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Tendo em vista que o sentimento inicial é o medo, esse fato reforça a ideia de Mantoan (2003) que afirma o mesmo como principal sentimento identificado pelo docente. A resposta referente ao campo “outros” marcado por 42,9% dos professores entrevistados.

Ao traduzir o sentimento quando recebe um aluno de inclusão, as professoras respondem:

Ah, eu fico com medo. Vou ser sincera para você: se você perguntar: Você quer “pegar” um aluno com deficiência? Gente, ninguém quer, por que ninguém está preparado para isso. Mas aqui sou professora, a gente precisa saber lidar com todo tipo de aluno. Aí assim, é uma questão de adaptação. A gente vai aprendendo juntos, vai convivendo (P 1).

A gente fica com medo de não dar conta, de passar o ano e ele não evoluir nada. Dá medo (P 4).

Ah, sinceramente, acho que meu primeiro sentimento, assim, na primeira vez que eu recebi um aluno o primeiro sentimento que tive quando eu assumi um aluno com laudo foi um medo muito grande de não dá conta, entendeu? De não dá conta de ajudar aquele aluno. Porque assim, principalmente dentro da escola pública, a gente sabe que a inclusão não existe em sua totalidade. Então, muitas vezes para o governo e para as pessoas, é só colocar aqui, mas você depende de uma série de coisas para fazer a inclusão acontecer. [...]. Os desafios são maiores. Porque alfabetizar um aluno com laudo não é a mesma coisa de alfabetizar um aluno dito “normal”. Mas hoje, quando eu recebo um aluno com laudo o sentimento é diferente. Eu penso assim, olha, vou procurar estudar o que for possível sobre a situação do aluno e vou dar o melhor de mim para ajudá-lo, porque sou capaz de fazer isso (P 6).

A professora 1, ressalta que ninguém está preparado para lidar com a diversidade que a inclusão traz para as salas de aula. Frias (2008), enfatizam que a falta de formação específica do professor se constitui num elemento que dificulta a efetivação da inclusão nas escolas. Mantoan (2003), concorda com essa afirmação, pois diz que somente um professor adaptado a caminhar no processo do saber “com” seus alunos estaria um pouco mais preparado para entender as dificuldades e construir um conhecimento com maior adequação. Enfatiza ainda que incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam

formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, eliminando preconceitos, sem barreiras.

Em relação ao maior desafio encontrado ao ministrar aulas para alunos inclusos, as mesmas responderam:

O maior desafio encontrado foi a falta de recursos. A gente que tem que improvisar material. Às vezes, a escola tem material, mas o professor é que tem que descobrir que a escola possui esse material, por que a escola não chega e oferece o material (P 1).

A questão aluno incluso é complicada. Porque aluno de inclusão precisa ter um laudo, e hoje temos alguns alunos em sala de aula que tem alguma questão, mas não tem laudo, os pais se omitem. [...] Agora, alunos que tive realmente de inclusão foram dois: uma com síndrome de Down e atualmente tenho um aluno de inclusão com laudo, fez cirurgia, usa lentes. No entanto, a questão dele de inclusão é porque pensavam que ele tinha alguma deficiência, um certo atraso, mas ele consegue acompanhar a turma. Então, até então eu não tive alguma dificuldade. [Pausa]. Eu pensei que seria mais desafiador (P 4).

[...]Por mais que você estude teoricamente, é muito difícil você com uma sala cheia de alunos, com alunos ditos “normais” você ainda conseguir atender aquele aluno dentro do tempo dele e ainda fazer com que ele se desenvolva. [...]. (P 6).

De acordo com Mendes (2006), os alunos com deficiência, nas escolas regulares, não estão necessariamente recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou mesmo pela falta de recursos, esse último, ressaltado nas falas das professoras. A professora 1 ressalta a falta de recursos, o que nos chama a atenção para as políticas públicas, que nesse caso, devendo partir da gestão da escola, no sentido de motivar a comunidade escolar a engajar na política de inclusão. Dessa forma, entendemos que a escola deve se organizar para reivindicar junto ao poder público as adaptações com vistas a melhorar as condições físicas das escolas, para assim, facilitar o acesso, e também a aquisição de equipamentos e materiais necessários para viabilizar uma educação de qualidade aos alunos.

Convidadas a descreverem a prática educativa voltada a atender às necessidades dos alunos inclusos, a fala das P 1 e P 6, são as que melhor representam as práticas voltadas para atendê-los em suas necessidades:

Realizo atividades diferenciadas, de acordo com o nível de aprendizagem da criança. Utilizo estratégias como argila, jogos lúdicos, alfabeto móvel, números, pecinhas de montar, como a lego, material concreto, muito material concreto (P 1).

Eu tenho uma aluna que não consegue acompanhar os demais, tendo que flexibilizar as atividades para ela (P 6).

Conforme Mantoan (2001), o sucesso da Inclusão nas escolas depende da adequação das práticas pedagógicas voltadas para diversidade dos educandos. Rozemberg, (2018) e Barreto; Mitruilis, (2001), estão de acordo com essa mesma linha de pensamento, pois para eles a atividades diferenciadas é fundamental para o processo de aprendizagem, pois cada aluno é único e apresenta sua particularidade, seja ela competência ou dificuldade.

Nesse cenário, ressaltamos que é de fundamental importância a formação continuada, de professores, por meio de participação em cursos, eventos científicos e culturais, com o propósito de garantia permanente de inovação dos processos educativos, de conhecimento e também o reconhecimento que a prática docente precisa estar em constante reflexão e transformação.

Em relação à postura delas enquanto professora de alunos que não possuem laudo, mas que apresentam dificuldades extremas de aprendizagem, as professoras respondem:

É complicado. Por que o aluno não tem laudo, a escola não vai trazer um monitor para nos ajudar. Aí você tem que ter uma parceria com a família. A família tem que aceitar que essa criança possui dificuldade. A gente não quer dizer que ele é deficiente, que ele apresenta um quadro de inclusão, mas que ele precisa de um olhar especial. (Gesticula). (Pausa). E a família vem e fala: meu filho é normal. Não traz laudo para a escola. (Pausa). É o professor que tem que se virar com tudo. A gente tem que ir se adaptando, tem que se virar, vai levando (P1).

Eu busco entender, compreender, estudar. Sempre que eu posso eu busco estudar, ler alguma coisa, vejo vídeos, procuro maneiras para poder sanar as diferenças e ajudar o aluno (P4).

Eu acho que é necessário ter atenção redobrada. É preciso fazer um diagnóstico para ver onde está a dificuldade de aprendizagem deste aluno, tentar partir deste lugar. No caso da nossa escola, nós podemos contar com a diferenciadora. [...] (P6).

A professora 1 ressalta a importância da parceria entre a escola e a família. Mantoan (2003), diz que os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira, onde são oportunizados a todos os alunos a aquisição da aprendizagem, sem distinção.

Entendemos que essa parceria deve ser constante, pois a família ou os responsáveis pelo aluno tem muito a contribuir com a escola, para o seu processo educativo, uma vez que trarão informações importantes sobre esse aluno. A família que procura saber sobre a relação dos filhos com os professores e seu comportamento em sala de aula, demonstra está disposto a ajudar o professor a diminuir os desafios em sala de aula, auxiliando e apoiando seu filho nas dificuldades em casa.

A professora P6 descreve a importância de se fazer um diagnóstico, no sentido de descobrir onde está centrada a dificuldade do aluno. Nesse contexto, entendemos a importância desse diagnóstico para direcionar a ação das professoras para intervenções pedagógicas necessárias. Percebemos que essa conduta da professora está condizente com o que diz o P.P.P (2013-2017) da

escola, pois afirma que na avaliação da aprendizagem, a escola deverá utilizar procedimentos diversos, como a observação, o registro discursivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, provas, testes, coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnósticos.

Em se tratando da família não aceitar que o filho possui uma limitação, a fala da P6, é a que melhor representa o contexto descrito pelas entrevistadas:

[...] Tem pais que culpam o professor, culpam a escola. Já tive pai que falou: mas todo mundo fala que meu filho tinha que está lendo, você é professora, você tem que dar conta, entendeu? Ou de falar assim: meu filho teve um ano perdido. Não é por aí. Quando o pai não aceita, é pior. Quando os pais não aceitam, quando a escola encaminha para um profissional fazer uma avaliação, não leva. Acaba criando na cabeça do aluno muitas vezes, um atrito com o professor. Acho que essa situação é bem delicada, mas acontece. Tem família que não consegue aceitar que o filho precisa de uma atenção maior, que o filho precisa de um tempo maior. Eles aprendem. Só que a gente tem que enxergar que eles dependem de um tempo maior. (P 6). Grifo nosso.

Pela análise fala da P6, podemos confirmar mais um dos pressupostos dessa pesquisa, que é o fato da família não aceitar a dificuldade que seu filho possui.

Mantoan (2003), ressalta que nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas, contudo, é importante perceber as capacidades do filho e não as incapacidades no processo de aceitação e de seu desenvolvimento. Em muitos casos, o preconceito começa com os próprios pais, que comparam seu filho com crianças perfeitas. Entendemos que a partir do momento em que uma família realmente aceita o filho, todo o trabalho que é desenvolvido com ele é mais eficaz e traz resultados muito mais positivos, uma vez que a escola poderá contar com o apoio e compreensão por parte da família.

No que tange à maneira de avaliar esses alunos que não possuem laudo, as professoras respondem:

Quando é um caso que a criança apresentar dificuldade de aprendizagem, não tem condições de ele fazer o mesmo tipo de atividade igual os outros fazem. **Eu dou atividade diferenciada. [...].(P1).**

Não posso avaliar da mesma maneira que avalio os demais, né? (P4).

Não posso pegar um aluno que seque ler e avaliar em uma prova de matemática, por exemplo, com um menino que está fazendo multiplicação com dois números. Eu não posso avaliar ele em uma interpretação de texto se ele não sabe ler. Você vai avaliar é a evolução dele. (P 6). Grifo nosso.

Percebemos que o fazer pedagógicos das professoras estão em consonância com o artigo 5º da LDB, no seu parágrafo 2º, que afirma a importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual, no sentido de assegurar a todos a igualdade de direitos à educação.

Para Mantoan (2003), vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que se pode oferecer-lhes de melhor, para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das importantes constatações neste momento de reflexão é que os desafios dos professores frente à inclusão escolar são inúmeros e não se esgotam com a finalização desse trabalho. Simplesmente matricular alunos com algumas necessidades específicas, pode acentuar a resistência de alguns profissionais e assim, não contribuir para que os sistemas de ensino e suas escolas se constituam também espaços para a educação desses alunos em classes regulares.

São diferentes saberes que, em relação à formação inicial, ou continuada, ou ainda adquiridos através de troca de experiência e parcerias com colegas, se expressam e se constituem em uma prática pedagógica inclusiva, na busca de resignificação e de novas aprendizagens. Ao falar de sua prática pedagógica, as professoras reconhecem suas limitações, e afirmam não estarem preparadas para o desafio da escola inclusiva, reportando-se também, à necessidade de reorganização da escola e de investimentos governamentais, para que possa atender a todos os alunos adequando-se às suas necessidades.

A formação foi também outro aspecto que emergiu da fala das professoras que revelaram “sentir medo” ao receber um aluno de inclusão e trabalhar dentro da proposta inclusiva atendendo os alunos com deficiências. Sugere-se, neste contexto, que a formação possa ser um elemento importante para que o processo inclusivo realmente se concretize nas escolas de ensino regular.

Percebe-se que há necessidade de ultrapassar o que vem sendo promovido, ou seja, a realização de encontros formativos, que se encerram na mera defesa da educação como direitos de todos, o que apenas informam os princípios filosóficos e políticos da inclusão escolar e suas prerrogativas legais. É preciso promover sua continuidade, com aprofundamento das reflexões e da formulação de proposições para construir alternativas de escolarização para todos.

As normativas e os projetos dos sistemas de ensino devem prever, entre outras mudanças, jornadas de trabalho em que os profissionais tenham condições de se dedicar a projetos, estudos, construções de outras alternativas educacionais e acompanhamento de suas ações. Isso requer mais recursos para a educação, valorização da profissão docente, com salários que assegurem entre outras condições, ter vínculo empregatício com apenas uma escola e assim, mais tempo disponível para buscar uma formação especializada na área.

Foram observadas as variadas estratégias pedagógicas adotadas pelas professoras, visando contribuir para a aprendizagem de alunos com deficiências, mesmo a escola não possuindo recursos

que atendessem a todos, nas suas especificidades: seja um instrumento fornecido pela escola; método diferenciado de aprendizagem e avaliação; uma intervenção; uma atenção maior ao aluno incluso ou até mesmo uma maior contribuição afetiva por parte dos colegas de classe. Todos estes meios são itens que contribuem para superar os desafios impostos pela inclusão.

As contribuições deste estudo estão em possibilitar um aumento da sensibilização da comunidade escolar para as questões impostas pela inclusão, proporcionar o desenvolvimento de ações mais específicas na formação inicial e continuada de professores, além de contribuir com a literatura para que mais estudos nesta perspectiva possam ser desenvolvidos afim de que a inclusão se qualifique nas escolas regulares.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. C. V.; LINHARES, T. C. A inclusão escolar: breve histórico e alguns apontamentos para a prática do professor. *Paidéia* – Revista do curso de pedagogia da Fumec, ano 11, n.7, p.35-59. Belo Horizonte, MG: 2014.

BARRETO, E. S. de S.; MITRULIS, E. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país. *ESTUDOS AVANÇADOS* 15 (42), 2001, p.103-140.

BARROS, A. B.; SILVA, S. M. M. da.; COSTA, M. da P. R. da. Dificuldades no processo de inclusão escolar: percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. *Bol. Acad. Paulista de Psicologia*, São Paulo, Brasil- V. 35, nº 88, p. 145-163.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm Acesso em: 31 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Secretaria de educação especial programa de formação continuada de professores na educação especial UNESP - universidade estadual paulista Júlio de mesquita*. Bauru 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

BRASIL. *Decreto legislativo n. 3.956 de 08 de outubro de 2001*. Promulga a Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, 09 out. 2001.

BRASIL. Senado Federal. *Declaração Mundial de Salamanca e Linhas de ação sobre Necessidades Educativas Especiais*: acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

CORREIA, C. S. *O desafio da inclusão no ambiente escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR*. 2014. 95f. Monografia (Especialista em Educação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina, PR: 2014.

Educação inclusiva: v. 1: *A fundamentação filosófica* / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 28 p.

- FUMEGALLI, R. de C. de A. *Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?* 2012. 50f. Monografia (Pós-Graduação em Educação Especial) – Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Ijuí, RS: 2012.
- FRIAS, E. M. A. *Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino regular.* 2008. 29f. Material Didático. Secretaria do Estado de Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).
- HAGEMMEYER, R. C. de C. Dilemas e desafios da função docente na sociedade atual: os sentidos da mudança. *Revista Educar*, n.24, p.67-85, Editora UFPR. Curitiba, PR: 2004.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* Editora Moderna. São Paulo, SP: 2003.
- MANTOAN, M. T. E. Todas as crianças são bem-vindas às escolas. *Revista Profissão Docente*, v.1, n.2, p. 1-19. Uberaba, MG: 2001.
- MEDEIROS, J. M. A.; MENEZES, M. N.; BARUDI, C. de O. B. A docência e os desafios no processo de inclusão. *Revista Cultura e Científica do UNIFACEX*, v. 10, n. 10, 2012. ISSN: 2237-8586.
- MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Rev. Bras. Educ. [online]*.2006, vol.11, n.33, p.387-405. ISSN 1413-2478. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>>. Acesso em 31 agosto 2018.
- OLIVEIRA. M.A.M.; SOUZA.S.F. de. Políticas para a Inclusão: estudo realizado em uma Escola Estadual de Belo Horizonte. *Educ. rev. [online]*. 2011, n.42, p.245. ISSN: 0104-4060. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000500016>>. Acesso em 31 agosto 2018.
- PEREIRA, L. A. dos S. *Os desafios enfrentados pelos professores na atualidade.* 2014. 62f. Monografia (Especialista em Fundamentos da Educação) – Universidade Estadual do Paraíba. Guarabira, PB.
- PITTA, M. O. *Inclusão Escolar: Caminhos e descaminhos* Caderno Pedagógico. Governo do Paraná. Londrina, PR: 2007.
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. vigência 2013-2017.
- ROZEMBERG, E. *Conheça os cinco maiores desafios do professor.* 2018. Disponível em:<<https://www.somospar.com.br/maiores-desafios-do-professor/>>. Acesso em: 21 de agosto. 2018.
- SANTOS. A. O.; OLIVEIRA.C. R. A.; OLIVEIRA.G.S. de. In: História da educação de negros no brasil e o Pensamento educacional de professores negros no Século XIX. XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *EDUCERE 2013*. Curitiba, 23 a 26/09/2013.p.20856- 20869.
- SILVA, Otto Marques da. *Epopéia ignorada: A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje.* São Paulo-Ed Cedas, 1987.
- TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, 2000.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional.* Editora Velozes. Petrópolis, RJ: 2002.